

O Atendimento Educacional Especializado: A Realidade na Rede Regular de Ensino Fundamental.

Byanca Teles da Silva¹ (IC)* (PIBIC/ CNPq) byancateless@gmail.com, Marlene Barbosa de Freitas Reis ²(PQ) (PPG-IELT).

Av. Araguaia, nº 400, Vila Lucimar- CEP: 75400-000 Inhumas/GO.

Resumo: O presente trabalho teve como eixo norteador promover reflexões das políticas públicas da/para diversidade a fim de verificar como elas têm repercutido no processo de inclusão da rede regular da cidade de Inhumas, Goiás. O projeto de pesquisa intitulado “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental”, desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, coordenado pela Professora Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis, que deu origem a esse trabalho teve como objetivos: ler e catalogar os referenciais teóricos necessários para levantamento de dados e desenvolvimento do projeto de pesquisa contribuir para a análise dos dados coletados e; identificar quais são as formas e as atividades desenvolvidas com os alunos que constituem o público-alvo da educação especial, nas salas de recursos Multifuncionais (AEE). A metodologia utilizada na pesquisa configurou-se como qualitativa e tem como base o levantamento bibliográfico de autores e documentos que abordam o tema. Para fundamentar a pesquisa, utilizamos de alguns autores que se ocupam dessa temática, tais como: Reis (2006), Lima (2006), Carvalho (2005), Braun (2016), Mittler (2000), dentre outros. A pesquisa empírica foi desenvolvida, por meio de observação e entrevistas almejando identificar dados da realidade vivenciada no Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de Inhumas. As reflexões advindas desse trabalho apontam para a necessidade de se pensar uma nova perspectiva de comportamento social-educativo e de práticas pedagógicas que valorizem a alteridade.

Palavras-chave: Diversidade. Inclusão. Educação. Salas de Recursos Multifuncionais.

Introdução

O presente trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental”, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, coordenado pela Professora Dra. Marlene Barbosa de Freitas Reis. Teve como eixo norteador promover reflexões sobre as políticas públicas da/para diversidade, na perspectiva de verificar como ocorre a inclusão na rede regular da cidade de Inhumas. Para tanto, no decorrer deste texto, abordaremos as políticas

públicas para inclusão escolar, questões da inclusão e o papel do Atendimento Educacional Especializado.

A pesquisa teve como objetivos: ler e catalogar os referenciais teóricos necessários para levantamento de dados para o desenvolvimento do projeto de pesquisa contribuindo com a análise dos dados coletados e; identificar quais são as formas e as atividades desenvolvidas com os alunos que constituem o público-alvo da educação especial, nas Salas de Recursos Multifuncionais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa e tem como base um levantamento bibliográfico de autores e documentos que tratam o tema. Iniciamos a execução do plano de trabalho em agosto de 2016, com um levantamento bibliográfico e pesquisa documental para dar fundamentação ao estudo relacionado à inclusão na rede regular dando ênfase no funcionamento das salas de recursos multifuncionais. Por meio do grupo de estudo, buscamos reflexões, diálogos e produzimos textos sobre a bibliografia referente ao objeto da pesquisa, no caso, a inclusão. Para fundamentar a pesquisa, utilizamos alguns autores que se abordam essa temática, como Reis (2006), Lima (2006), Carvalho (2005), Mittler (2000), dentre outros.

A pesquisa de campo foi desenvolvida, por meio de observação e entrevistas a fim de identificar dados da realidade vivenciada no Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de Inhumas. Conforme, afirma Ludke e André “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LUDKE; ANDRE, 1986, p.33-34).

A educação inclusiva obteve avanços significativos ao longo da década de 90, provocados por dois movimentos importantes, a saber: a Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, que deu origem ao documento “Declaração de Salamanca”. Assim, a atenção mundial acabou voltada para o movimento da educação para todos que vislumbrava a necessidade de melhoria no desenvolvimento escolar, para responder as necessidades básicas de aprendizado de todos os sujeitos. A declaração de Salamanca apresenta como proposta a efetivação da educação inclusiva almejando atender as necessidades educacionais de cada indivíduo enfatizando que a educação é um direito de todos.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) trouxe novas direções e fundamentos para a educação, preconizando que os sistemas de ensino devem assegurar currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. E, em consonância com esta, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), aponta para a relevância de assegurar a permanência e aprendizagem de todos os alunos nas escolas. Destacando que estas são as principais políticas públicas que tratam a inclusão no âmbito escolar, uma vez que existem várias outras que garantem o direito das pessoas com necessidades especiais, tanto quanto em contexto geral como de transtornos específicos, citando: em 2002 a Lei nº10.436/02 reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; em 2003 o programa de Educação Implantado pelo MEC; em 2004 o documento “Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”; Dentre outros.

Desse modo, fica evidente a importância da inclusão nas escolas, uma vez que a mesma deve ser um ambiente que acolha todos os indivíduos sem discriminação ou distinção. Conforme afirma Reis (2006, p.30),

o conceito de necessidades educacionais especiais se amplia e passa a incluir além das crianças com necessidades especiais aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias, que repetem continuamente os anos escolares, que não têm onde morar, que trabalham para ajudar no sustento da família, que sofrem de extrema pobreza, ou que simplesmente, estão fora da escola, por qualquer motivo.

Assim, a partir do momento que diversos documentos passaram a assegurar o direito dos alunos com necessidades especiais, abriu-se o debate sobre a inclusão no âmbito educacional dando origem a diversas ações pedagógicas com a finalidade de assegurar o direito de acesso desses alunos. Entre essas ações podemos citar a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para a realização do AEE.

Resultados e Discussão

A participação no projeto “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental”, possibilitou-nos, por meio da criação do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão (GEPEDI), reflexões e diálogos desenvolvidos ao longo destes meses, compreender o conceito de inclusão na perspectiva educacional.

O conceito de inclusão ainda é novo na sociedade e também é assunto para grandes contradições nas formas de agir e pensar, tanto no ambiente escolar, quanto nos grupos sociais, no mundo profissional, e quanto aos sujeitos aos quais se refere (CARVALHO, 2005). Inclusão é o exercício de compreensão, o ato de respeitar e entender as diferenças que todo e qualquer indivíduo possui; importando, acolhendo e entendendo as necessidades de cada um (LIMA, 2006). Sendo assim, as deficiências não impedem que o indivíduo se relacione e conviva de maneira geral com a sociedade. Frente a isso, a concepção de “inclusão” adotada na pesquisa, trata-se de um conceito amplo (REIS, 2006) que tem como princípio incluir as pessoas em situação de deficiência na sociedade, reivindicando, educação, trabalho, lazer, entre outros. Assim, pautando-nos em Lima (2006, p.63),

deve ficar claro, então, que inclusão é um processo de transformação contínuo, que deve ser consciente e que deve começar pela transformação em nós, para emanarmos para os outros, através de nossas ações concretas, éticas e conscientes.

Desse modo, compreender que os limites da deficiência estão dentro da sociedade e não dentro do indivíduo (LIMA, 2006). Além disso, compreender que as deficiências não são iguais em todos, mas são específicas em cada indivíduo.

Como resultado dos estudos já realizados, participamos de eventos científicos em 2016, como o VI Simpósio de Educação Inclusiva (13º CONPEEX) na Universidade Federal de Goiás, com trabalho apresentado na forma de comunicação oral, publicado nos anais de evento, disponível em ISSN 2525-7315;

ANAIIS VI SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EDUCANDO NA DIVERSIDADE.
CEPAE/SINACE - UFG. Goiânia: UFG, 2016. 164p. ISSN 2525-7315

**UM OLHAR PARA A INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO
FUNDAMENTAL**

Byanca Teles Silva - PIBIC/CNPq/UEG
Marlene Barbosa de Freitas Reis - PPG-IELT/UEG

Participamos ainda na organização geral do I SEEI - Seminário de Educação Especial e Inclusiva da UEG – Câmpus Inhumas, juntamente com nossa orientadora e acadêmicas do quarto período do curso de pedagogia, com a finalidade de promover reflexões de temas atuais sobre a educação especial e inclusiva no âmbito de práticas pedagógicas inovadoras.



Com artigo publicado na revista REVELLI (Revista de Educação, Linguagem e Literatura, Volume 9, número 2, com qualis B-1 em ensino), intitulado: Inclusão Escolar: Um olhar para a formação docente e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponível em ISSN 1984-6576, acesso: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/issue/view/342/showToc>.

E em 2017 a participação da VI Semana de Integração e no III Simpósio de Pesquisa e Educação na UEG – Câmpus Inhumas, na forma de apresentações orais com artigos submetidos nos anais de evento. Além da participação programada para o mês de setembro, no IV SELT (SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS) em forma de apresentação oral.

A pesquisa empírica teve como foco o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais na rede municipal do município de Inhumas a fim de mapear o total de escolas na rede que possuíam Sala de Recursos Multifuncionais e como se dava o funcionamento de cada uma delas, em consonância com o objetivo deste trabalho. No mês de outubro de 2016, obtivemos a autorização da Secretaria Municipal de Educação do município de Inhumas para a observação das salas de AEE e entrevista com as professoras que atuam no mesmo. Observações essas que deram início no mês de outubro de 2016 e finalizadas no mês de maio de 2017, conforme cronograma presente no plano de trabalho aprovado.

De acordo com as investigações, das 16 (dezesesseis) escolas municipais da rede, exclusivamente, cinco escolas possuem SRM. Essas cinco escolas foram visitadas pelas pesquisadoras envolvidas neste projeto para maior compreensão da inclusão escolar na rede municipal da cidade. A denominação das escolas nesta pesquisa segue a ordem das visitas *in loco*, sendo: Escola 1, Escola 2, Escola 3 (escola Integral), Escola 4 e Escola 5.



(Sala de Recursos Multifuncionais, Escola I, 10 de novembro de 2016)

Durante as visitas *in loco* foram analisados os seguintes fatores: percepção do professor sobre a inclusão e a capacidade desses profissionais para utilização

dos materiais presentes na SRM; o trabalho desenvolvido na Sala; e a função do professor e da gestão no atendimento dos alunos que frequentam este espaço. Os aspectos relacionados à percepção de professores/famíliares sobre o atendimento nas referidas salas e os reflexos desse atendimento no processo de inclusão escolar também foram relatados, pautando a dificuldade das escolas em relação ao apoio das famílias para com as escolas investigadas.

Refletir sobre a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular nos leva a repensar o vínculo entre a formação de professores e as atuais práticas pedagógicas. A partir dos resultados das entrevistas das escolas investigadas com esse estudo foi possível refletir sobre o olhar do professor, suas perspectivas e preparação para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência em sala de aula regular.

As afirmações “o aluno especial está aqui somente para socializar” (Diretora 3) ou “trabalhar com inclusão é muito difícil” se mostraram falas muito comuns durante as entrevistas com os profissionais da educação. Que pode ocorrer devido a falta de oportunidade acerca da especialização das necessidades especiais ou à falta de oportunidade de treinamento (MITTLER, 2000, p. 36), revelando que as pessoas as quais devem estar preparadas para receber essas crianças, não acreditam ou não entendam o que significa a inclusão escolar.

De acordo o decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, o AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC, 2009). Deve ser realizado no período inverso ao da classe frequentada pelo aluno, e, preferencialmente, na própria escola. Verificamos, através dos relatos feitos, que nem sempre as crianças são atendidas no período inverso ao da classe regular. De acordo com a professora da escola 1:

Se fosse para atender no contra turno como é a proposta do AEE, eu acho que não atenderia, mas como nós optamos por atender no mesmo horário que eles estão dentro da escola, aí a gente consegue fazer um bom trabalho (Professora 1, 10 de novembro de 2016).

Nas escolas de ensino regular, o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais que deve ser um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (MEC, 2007).

Para alcançar os objetivos da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), os profissionais e as instituições de ensino devem atuar de forma colaborativa para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo. O que não acontece na maioria das instituições, quando tratavam dessa temática, de acordo com o relato abaixo:

Eu não interfiro no processo, uma vez que o número de professoras regulares é grande e eu tenho que as auxiliar e segundo que não participo das capacitações e a professora do AEE sim, então deixo essa parte com ela, mesmo. Estou sempre à disposição, mas a responsabilidade é dela (Coordenadora 1, 10 de novembro de 2016).

O relato da coordenadora 1, indica a divergência ao fato de que todos os profissionais, tanto quanto professores e gestão devem atuar juntos, em consonância a este ponto negativo, a professora 4 reafirma quando diz “Não, nós trabalhamos bem diferente, até porque eu acho que se o que ela ensina e eles não aprende, não posso insistir na mesma coisa”. Percebemos então que o AEE deve ser realizado nos parâmetros de um trabalho colaborativo, para assim, ser compreendido como mais um direito dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Considerando o contexto escolar é necessário deixar de lado atitudes individualizadas e avançar em um trabalho conjunto, como se destaca na fala de uma professora especializada: “tem que ter toda uma equipe junta, professor regente, professor de apoio, e professor de AEE e coordenadora pedagógica, igual nós temos aqui, uma equipe que a gente trabalha” (Professora 2, 05 de abril de 2017). Nesse sentido, notamos uma ação colaborativa entre os profissionais que trabalham no ensino especial, mas ainda precisamos avançar para que essa realidade aconteça no ensino regular.

Partindo deste pressuposto, deve-se pensar na melhor maneira de projetar e adaptar os currículos para a inclusão. Stainback afirma que

embora os objetivos educacionais básicos para todos os alunos possam continuar sendo os mesmos os objetivos específicos da aprendizagem curricular podem precisar ser individualizados para se adequar as necessidades, as habilidades, aos interesses, e as competências singulares de cada aluno. (1996, p.241.)

Apesar desta afirmativa, ainda existe a percepção de que o currículo é um simples guia de conteúdo a ser administrado aos estudantes. Porém, essa visão não atende aos parâmetros da educação inclusiva. Para que a inclusão aconteça o caminho a ser percorrido está muito além da execução de conteúdo a serem ministrados.

Contudo, superar a lógica de adaptações, pressupõe uma proposta curricular construída na perspectiva de viabilizar a articulação dos conhecimentos do ensino especial e do ensino comum, ambos devem promover a ampliação dos conhecimentos, das experiências de vida e a valorização dos percursos de aprendizagem. Assim, o aluno que possui limitações pode se desenvolver com auxílio de outros recursos que permitam a adaptação do currículo, como descreve a professora 1.

o conteúdo da sala, mas sendo adaptado, a gente tem que flexibilizar, tipo assim vai trabalhar partes do corpo humano, eu vou trabalhar com quebra cabeça, eu não vou trabalhar aquele tanto de conteúdo escrito no quadro, então é flexibilizar o conteúdo.
(Professora 1, 10 de novembro de 2016)

Logo o professor regente, professor de apoio, professor da sala de recursos multifuncionais e gestores da escola, juntos devem buscar estes meios, favorecendo a inclusão dos alunos. Assim, o AEE deve ter como objetivo acompanhar o progresso de cada aluno respeitando o ritmo individual de desenvolvimento. O AEE reconhece que todo ser humano tem conhecimento, portanto é capaz de aprender e se desenvolver. De acordo com Reis (2013), a diversidade não se refere aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas sim, a todos que possuam alguma dificuldade para aprender, o que consolida a proposta de uma educação para “todos” e não para “alguns”.

Considerações Finais

As reflexões advindas da construção deste texto apontam para a necessidade de pensar uma nova perspectiva de comportamento social, de práticas pedagógicas que valorizem a alteridade. Desse modo, a postura da sociedade deve ser revista, há a necessidade de transformações para que a inclusão aconteça, de maneira contínua, consciente e concreta, colaborando para a construção de uma sociedade das diferenças.

Frente a essa concepção, os debates e estudos epistemológicos sobre a educação para a diversidade têm enfatizado a questão do respeito às diferenças dentro dos ambientes educativos de tal forma que todas as especificidades sejam consideradas. Desse modo, a escola surge como uma instituição importante para a disseminação de conceitos que valorizem a troca de experiências e a luta pelo direito e reconhecimento das diferenças.

Percebemos que apesar das escolas terem as salas de recursos multifuncionais, ainda há muito a ser desenvolvido. Algumas escolas estão no caminho certo, já outras precisam rever seus conhecimentos acerca do conceito de inclusão, do conhecimento, do funcionamento das salas de recursos multifuncionais, do trabalho colaborativo, além da participação dos familiares no trabalho realizado pela escola. Para que assim, seja possível construir práticas e alternativas que incentivem as instituições escolares a reestruturar suas dinâmicas e receber todos os alunos.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UEG (IC&T-UEG), na modalidade de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq, quota institucional do CNPq, sobre a importância e significado da bolsa de iniciação científica na graduação. O incentivo e contato direto com as práticas de pesquisa que a UEG e CNPq oferecem, é um grande estímulo para o interesse do acadêmico, pois propiciam tanto conhecimentos voltados para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, quanto conhecimento para a vida pessoal e profissional.

Notamos que os estudos realizados, os textos produzidos e a participação nos eventos, têm contribuído para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos em geral, bem como permite-nos vivenciar a pesquisa acadêmica e a buscar, enquanto futuros profissionais, novas práticas pedagógicas que atuem na perspectiva educacional inclusiva.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Decreto nº6.571**, de 17 de setembro de 2008. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>, Acesso em 15/03/2016.

BRASIL. MEC. UNESCO (Espanha). **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: do que estamos falando? Revista educação especial, num.26, 2005, p.1-7. Universidade Santa Maria. Santa Maria, Brasil.

FERREIRA, Bárbara Carvalho; MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Almeida; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial**. Revista do Centro de Educação/Cadernos, UFSM, n.29, p. 1-7, 2007. Disponível em: <www.coralx.ufsm.br>. Acesso maio 2017.

LIMA, Francisco José de. **Ética e inclusão: o status da diferença**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (ORG.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação Inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Deescubra, 2006.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (org). **Atendimento Educacional Especializado-AEE: Contribuições para a prática pedagógica**. 1ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.